



PELOURINHO DE MARIANA, MONUMENTO À BARBÁRIE

ROBERTO CONDURU ¹

¹ Comitê Brasileiro de História da Arte / Southern Methodist University /
rconduru@smu.edu

RESUMO EXPANDIDO

Símbolos da autoridade real portuguesa, pelourinhos foram usados durante a colonização do Brasil como locais de punição pública de criminosos, escravizados fugitivos e outros infratores da lei. Pelourinhos também eram monumentos, lembrando publicamente a ordem colonial e o antiexemplo dos insurgentes.

Pelourinhos, assim como outros objetos, edifícios e locais construídos para viabilizar e otimizar o comércio de escravos e a escravidão, foram destruídos durante a vigência da escravatura, mas, sobretudo, em seu declínio e após o seu fim oficial no país. Um dos poucos exemplares existentes é o de Mariana, em Minas Gerais. Tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938, a cidade teve seu conjunto urbano e arquitetônico considerado Monumento Nacional em 1945. Inserido nesse contexto, o Pelourinho de Mariana tem uma história atribulada e um tanto singular.

O primeiro pelourinho da região foi construído próximo à Casa de Câmara e Cadeia após o arraial de Ribeirão do Carmo ter sido transformado na Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, em 1711. A partir de então, a Vila teve diferentes pelourinhos pois, à medida que a Casa de Câmara e Cadeia mudou de endereço, o pelourinho foi substituído por outro na nova localidade. Depois de 1745, quando foi criado o bispado, a Vila foi elevada à categoria de Cidade e renomeada Mariana, um edifício foi construído na rua Nova para abrigar a Casa de Câmara e Cadeia. A partir de 1750, um novo pelourinho foi construído por José Moreira de Mattos no meio do largo criado junto àquele edifício, que foi designado sucessivamente como largo e/ou praça Nova, do Pelourinho, de São Francisco e, mais recentemente, Minas Gerais.

Este pelourinho foi destruído em 1871 por determinação da Câmara, em meio ao crescente processo de luta contra o regime escravocrata no Brasil.

Em texto publicado no *Diário de Minas* em junho de 1938, Salomão de Vasconcelos diz estar seguramente informado “de que o illustre actual prefeito de Marianna, dr. Josaphat Macedo, espírito altamente conservador e amigo das tradições, está decididamente empenhado em mandar restaurar esse curiosíssimo monumento dos tempos coloniais.”

Com efeito, em fevereiro daquele ano, José Wash Rodrigues elaborara um projeto identificado como “Restauração do Pelourinho de Marianna (sic), de acordo com o auto de 1750 e e (sic) conforme as partes ainda existentes.” A primeira referência é o auto de arrematação da obra, de 30 de setembro de 1750, encontrado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. As referidas partes são as cantoneiras da base e a parte superior da coluna central, que,



segundo Salomão de Vasconcelos, teriam sido usadas para erigir o monumento de comemoração dos duzentos anos do arraial de Ribeirão do Carmo, então situado no largo em frente à Catedral. Outra parte é o escudo que fora encontrado na igreja de Nossa Senhora das Mercês em 1937.

É de supor que Josaphat Macedo pretendesse usar o projeto de José Wasth Rodrigues na reconstituição do pelourinho, mas a obra não foi executada. Entre 1938 e o final da década seguinte, o monumento ao bicentenário de criação do arraial foi desmontado e as partes consideradas originais do pelourinho foram guardadas na Casa de Câmara e Cadeia.

Em 1981, o governo municipal de Jadir Macedo decidiu reconstituir o pelourinho, sem que tenha havido debate com a população da cidade. Para tanto, foram usados o projeto elaborado por José Wasth Rodrigues em 1938 e as partes supostamente remanescentes do pelourinho de 1750. Mais do que uma restauração, é uma recriação novecentista. Desprovido das funções de um pelourinho, embora seja nomeado como tal, o artefato criado em 1981 na praça Minas Gerais é um monumento. O que celebra o Pelourinho de Mariana?

Provavelmente, este monumento resultou da tentativa de recompor a configuração original de uma das principais praças construídas pelos portugueses na América do Sul. No entanto, como tentativa de reconstituição de um instrumento de violência e tortura que visava à manutenção da ordem colonial e escravista, a obra também pode ser lida como um índice peculiar de dois dos períodos mais antidemocráticos da recente história do Brasil: o regime totalitário comandado por Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, e a ditadura militar-civil, entre 1964 e 1985. Mesmo agindo contra as tentativas de ocultar certos aspectos da história, este monumento não cessa de lembrar algumas práticas colonialistas e escravocratas que se tentou apagar do cotidiano das cidades brasileiras, mas que lamentavelmente persistem na contemporaneidade, seja quando pessoas negras são amarradas a postes por bandidos em diferentes cidades do país, seja quando turistas simulam aprisionamento e tortura no Pelourinho de Mariana.

A meu ver, o Pelourinho de Mariana deve ser visto como um monumento à barbárie. Uma intervenção urbana que contrasta com os sítios históricos, monumentos e ações artísticas com os quais a escravidão e o colonialismo vêm sendo combatidos.

PALAVRAS-CHAVE:

Pelourinho de Mariana. Monumento. Escravidão. Patrimônio Cultural. Reparação histórica.

PERGUNTAS-CHAVE:

1. Como lidar com a complexidade de monumentos erigidos na marcadamente violenta história do Brasil visando à constituição de uma sociedade democrática, igualitária, justa?